



Informativo - Ano XXI - Nº 116 - Palmas, agosto de 2018

Mala Direta Postal
Básica
9912407000 - DR/TO
TCE/TO
CORREIOS

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

TCE/TO e parceiros assinam Termo de Cooperação Técnica e Compromisso Ambiental

Acordo dará mais efetividade às determinações previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Pág.: 6 e 7

**Tribunal encaminha lista
de gestores com contas
julgadas irregulares.**

Pág.: 3

**Normas em defesa do
usuário de serviços públicos
entram em vigor.**

Pág.: 5



**“TCE de Portas Abertas recebe
mais de 100 estudantes no
primeiro semestre.**

Pág.: 12

Palavra do Presidente

A chegada do mês de agosto marca uma fase importante em qualquer instituição. Os planos já devem, necessariamente, ter saído do papel e os resultados, visíveis. Costumamos dizer que nada melhor que esta publicação do Tribunal de Contas para se ter ideia das ações concretizadas e em andamento na Corte.

A presente edição aborda uma novidade que veio para reforçar os direitos dos cidadãos. Trata-se da Lei 13.460, também chamada de Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos. Além de definir prazos e direitos básicos desse “cliente” especial, ela avigora o papel das ouvidorias e traz a necessidade da criação de conselhos de usuários. Particularmente, julgamos importante destacar, além dos tópicos já citados, outro ponto da lei, contido em seu artigo 5º, que impõe aos agentes e prestadores de serviços públicos a observação de várias diretrizes, dentre elas, a de aplicar so-

luções tecnológicas com o objetivo de simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações.

Cumprindo previsão legal, o Tribunal de Contas entregou à Justiça Eleitoral a relação com os nomes dos agentes públicos com contas julgadas irregulares nos últimos oito anos. São mais de oitocentos gestores ou ex-gestores incluídos na relação, mas é importante salientar que cabe ao Tribunal Regional Eleitoral decidir pela inelegibilidade ou não de quem está na lista. Diante disso, caro leitor, você pode questionar: e a avaliação do eleitor? Imprescindível comunicar que, dentro da política de transparência da Corte de Contas, a listagem completa está disponível no site www.tce.to.gov.br, para que qualquer interessado possa acessar e, inclusive, acompanhar o processo que culminou com a rejeição das contas.

Nas próximas páginas ainda disponibilizamos um resumo dos últimos julgamentos, os detalhes sobre o concurso de vídeos pelo celular “Fiscalize em 1 Minuto”, os profícuos resultados do encontro estadual sobre resíduos sólidos, o novo design da Biblioteca do Tribunal e as visitas de estudantes por meio do programa “TCE de Portas Abertas.” Aliás, estes dois últimos pontos possuem uma estreita ligação, já que a biblioteca é um espaço disponível para toda a sociedade. Seja mediante visitas monitoradas, pela utilização da biblioteca ou por qualquer outro serviço oferecido, o que a instituição quer é o cidadão cada vez mais próximo e participativo, praticando e cobrando seus direitos que, agora, como mencionamos acima estão ainda mais protegidos.

Conselheiro Manoel Pires dos Santos
Presidente

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Presidente

Manoel Pires dos Santos

Vice-presidente

Severiano José Costandrade de Aguiar

Corregedor

André Luiz de Matos Gonçalves

Conselheiros

José Wagner Praxedes

Napoleão de Souza Luz Sobrinho

Doris de Miranda Coutinho

Alberto Sevilha

Procurador-geral de Contas

Zailon Miranda Labre Rodrigues

Coordenador do Corpo Especial de Auditores

Leondiniz Gomes

Diretora geral de Controle Externo

Wellane Monteiro Dourado da Silva

Diretor geral de Adm. e Finanças

Ramon Gomes Queiroz

Diretor geral de Controle Interno

Edivaldo Gomes da Silva e Souza

Diretor geral do Instituto de Contas

Roger Luis Monteiro Tolentino

Chefe de Gabinete da Presidência

Flávio de Almeida Godinho

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável

Lauri Meyer

Textos

Vilmara Bianchi

Dhenia Gerhardt

Pedro Thiago

Victória Milhomem

Diagramação

Fábio José Ferreira

Ronaldo Cordeiro de Toledo

Revisão: Márcia Barbosa

Fotos: ASCOM - TCE/TO

Impressão: Capital Gráfica

Tiragem: 3 mil exemplares

Distribuição gratuita

Assessoria de Comunicação

ascom@tce.to.gov.br

TCE/TO - Avenida Teotônio Segurado

102 Norte - Conj. 1, Lotes 1 e 2

CEP: 77.006-002 - Palmas - TO

Fone: (63) 3232 - 5800

Fax: (63) 3232 - 5835

Entregue relação de contas julgadas irregulares à justiça eleitoral

Cidadão pode ter acesso à lista pela internet



Lista tem 881 gestores públicos

A relação dos gestores com contas julgadas irregulares, que já transitaram em julgado no âmbito da Corte de Contas, foi encaminhada à Justiça Eleitoral, no dia 13 de agosto.

A lista, com 881 agentes públicos, foi entregue pelo presidente do Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO), conselheiro Manoel Pires dos Santos, ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Marco Villas Boas, e ao diretor-geral do órgão, José Machado dos Santos.

O envio é uma exigência da Lei 9504/97, conforme prevê o artigo 11: “os Tribunais e Conselhos de Contas deverão tornar disponíveis à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente”.

Ação de revisão

Também foi entregue a listagem dos gestores com contas de ordenador julgadas irregulares, mas que entraram com Ação de Revisão, um pedido que não possui efeito suspensivo, ou seja, não suspende a decisão

que declarou as contas irregulares. No entanto, caso o pedido revisional seja julgado procedente, a decisão pode ser modificada.

Contas consolidadas

Além das contas de ordenador de despesas – aqueles que autorizam o gasto do dinheiro público – que são julgadas pelo TCE, existem as contas consolidadas, também chamadas de contas de governo. Essas, têm o objetivo de demonstrar o cumprimento do orçamento e dos planos da administração por parte do chefe do executivo. No caso das consolidadas, o Tribunal de Contas emite um parecer prévio pela aprovação ou rejeição e o julgamento cabe às Câmaras Municipais e à Assembleia Legislativa.

Desta forma, foi encaminhada uma relação separada com os nomes dos gestores cujas contas consolidadas receberam parecer prévio pela rejeição e que já não têm mais recursos cabíveis no TCE.

Somadas, as listas compreendem um total de 881 agentes públicos.

Inelegibilidade

O presidente do Tribunal de Contas explica a quem cabe a decisão de

declarar ou não a inelegibilidade. “Não cabe ao Tribunal de Contas deixar esses gestores inelegíveis. O TCE encaminha as relações ao Tribunal Regional Eleitoral que irá fazer essa análise e falar se aquele candidato está apto ou não a concorrer às eleições”, frisou Manoel Pires dos Santos.

Na oportunidade, ele ainda informou ao presidente da Corte Eleitoral que as listas estão disponíveis na internet para que o cidadão possa acessar e saber quem são os agentes públicos que tiveram contas reprovadas. “É muito importante disponibilizar as informações, principalmente através da internet e redes sociais, para que o eleitor tenha acesso. Fica a nossa recomendação para que ele procure analisar cada situação pontualmente, saber porquê as contas foram rejeitadas”, disse o desembargador Marco Villas Boas.

Fique sabendo

Os motivos que levaram o TCE/TO a reprovar as contas podem ser conferidos nas listas disponíveis no site www.tce.to.gov.br, link “detalhes”.

Comissão inicia Julgamento



FISCALIZE EM
1 MINUTO
Concurso de Vídeos

Vencedor receberá como premiação um smartphone de última geração

Um smartphone de última geração, **Samsung Galaxy S9**, é o prêmio para o vencedor do Concurso de Vídeos pelo Celular “Fiscalize em 1 Minuto”, que teve a inscrição encerrada dia 17 de agosto. A comissão julgadora já iniciou os trabalhos de avaliação, observando o cumprimento dos critérios como aderência ao tema, qualidade do roteiro e qualidade de vídeo e áudio.

De acordo com o regulamento do concurso, promovido pelo Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO), por meio da Ouvidoria, **serão selecionados ao todo dez vídeos.**

“Fiscalize em 1 Minuto” tem o objetivo de fomentar a participação da população tocantinense no exercício do controle social, utilizando as ferramentas da comunicação social. A regra principal do concurso é que **os vídeos sejam inéditos e com imagens captadas por aparelhos celulares.**

A assistente de Ouvidoria do Tribunal, Carolina Vieira de Paula, explica a escolha da temática “Controle Social e Prevenção e Combate à Corrupção”. **“O concurso visa demonstrar a importância do cidadão atuar na fiscalização dos recursos públicos e avaliar a transparência das instituições”.**

Rumo aos 30 anos

A iniciativa integra o calendário **“TCE Rumo aos 30 anos”**, que contempla uma série de eventos, técnicos, esportivos e culturais para comemorar as três décadas de criação da Corte de Contas tocantinense.

Realização:



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO TOCANTINS



OUVIDORIA
Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
0800-644-5800
WhatsApp (63) 9-9938-3255

Em busca de um atendimento melhor para o cidadão

.....
Lei de proteção e defesa do usuário de serviços públicos entra em vigor
.....

A Lei 13.460, também chamada de Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, entrou em vigor no fim do mês de junho e traz uma série de orientações para as instituições. São normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos de todos que utilizam os serviços prestados direta ou indiretamente pela administração pública.

Há um capítulo dedicado integralmente às manifestações dos usuários, inclusive vedando qualquer exigência com relação aos motivos que levaram a pessoa a realizar a manifestação. A Lei ainda destaca o trabalho das ouvidorias, com a previsão de atribuições como a de propor o aperfeiçoamento na prestação das atividades institucionais. O prazo para resposta final às denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios do cidadão é de até 30 dias, prorrogáveis por igual período.

Carta de Serviços

Outro ponto da Lei 13.460 diz respeito à publicação de informações sobre o trabalho oferecido pelo órgão ou entidade, incluindo compromissos e padrões de qualidade de

atendimento. Trata-se da Carta de Serviços aos usuários, uma espécie de catálogo contendo diversas informações para facilitar a vida de quem busca por algo específico.

O documento deverá ser constantemente atualizado e disponível na internet.

Conselhos de usuários

De acordo com a 13.460, a participação das pessoas no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços de natureza pública será feita por meio de conselhos dos usuários, órgãos con-

sultivos com atribuições específicas, entre elas as de acompanhar a prestação, participar na avaliação e propor melhorias dos serviços.

Vigência

De acordo com o artigo 25, a Lei entra em vigor, a contar da publicação, em 360 dias para a união, os estados, o distrito federal e os municípios com mais de 500 mil habitantes; 540 dias para os municípios entre 100 e 500 mil habitantes; e 720 dias para os que possuem menos de 100 mil moradores.



Curso Transparência Pública e Controle Social

O Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO) oferece o curso “Transparência Pública e Controle Social” de forma gratuita e online. “A iniciativa orienta os interessados sobre o direito ao acesso de dados públicos e fomenta a atuação dos cidadãos como fiscais na administração pública”, ressaltou a assistente de

Ouvidoria do TCE, Carolina Vieira de Paula.

Com a capacitação, o aluno terá condições de avaliar, por exemplo, a qualidade de um portal da transparência, seja de municípios ou do estado, identificar irregularidades e fazer denúncias e sugestões por meio da Ouvidoria.

A dinâmica é apresentar aos participantes as responsabilidades dos gestores públicos em relação às exigências da Lei da Transparência (LC 131/09) e da Lei Acesso à Informação (Lei 12.527/11).

O link para o curso está disponível no site www.tce.to.gov.br.

Termo de Cooperação une forças para acabar com lixões no Tocantins

Tribunal de Contas e parceiros assinaram o documento durante Encontro Técnico de Gestão e Resíduos Sólidos



Presidente Manoel Pires durante abertura oficial do Encontro

Quanto de lixo o tocaninense gera por mês? De acordo com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos são produzidas no Tocantins mais de 24 mil toneladas de resíduos mensalmente. A preocupação com a destinação final de todo esse material, já que mais de 90% dos municípios do Estado não têm aterro sanitário, motivou o Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO) e parceiros a realizarem o Encontro Técnico com o tema “Gestão dos Resíduos Sólidos no Tocantins”, no mês

de junho.

O resultado do evento foi a assinatura do Termo de Cooperação Técnica e Compromisso Ambiental que objetiva unir esforços para dar efetividade à Lei nº12.305/2010, que trata das diretrizes sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos. Além do TCE, assinaram o documento: Ministério Público Estadual

(MPE), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Naturatins, a Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e a União de Vereadores do Estado do Tocantins (UVET).

Para a diretora de Controle Externo do TCU, Antônia Maria da Silva, palestrante do evento, a temática gestão de resíduos sólidos “tem que ser tratada como uma questão realmente pública importante para sobrevivência inclusive da nossa própria existência”.



Encontro Técnico
Gestão dos Resíduos Sólidos
no Tocantins





Engenheiro ambiental do TCE/MS, Fernando Bernardes, mostrou que foram extintos 30% dos lixões em Mato Grosso do Sul

Compromisso

Pelo Termo, todos os participantes se comprometem a promover, em conjunto e cada um no limite de suas atribuições e competências, iniciativas que atendam à proposta de não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme a Lei Federal nº 12.305/2010.

O coordenador do evento, conselheiro Severiano Costandrade, explicou durante o encontro detalhes da Resolução 139/2018 do Tribunal de Contas, que define prazo para que os municí-

pios encaminhem à Corte de Contas o Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS), bem como adotem outras providências relacionadas à destinação correta de tudo o que é descartado.

O presidente do TCE/TO, conselheiro Manoel Pires dos Santos, enfatizou a dimensão alcançada pelo evento que atraiu prefeitos, secretários de Meio Ambiente e presidentes de Câmaras de Vereadores de todo Estado. Alertou, também, que o Tribunal vai orientar os municípios, num primeiro momento, mas que depois irá cobrar a destinação correta dos resíduos sólidos.

Na ocasião, todos os parceiros discursaram sobre as respectivas responsabilidades contidas no Termo. “Essa parceria eu creio que vai ser profícua”, pontuou o procurador-geral de justiça, José Omar de Almeida Júnior.

O advogado especializado em resíduos sólidos, Fabrício Soler, apresentou a Minuta da Lei Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins. Um dos pontos ressaltados, é que cada município elabore o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos até o dia 31 de agosto deste ano.

Exemplos bem sucedidos

O prefeito do município de Palmeirópolis, Fábio Pereira Vaz, apresentou o cenário do seu município com relação à destinação dos resíduos sólidos. Atualmente a cidade conta com um aterro sanitário. “A nossa realidade hoje já é bem diferente de algum tempo atrás”, pontuou o prefeito tocantinense.

Os participantes ainda puderam assistir à uma experiência de fora do Estado. A união entre o TCE e o MPE de Mato Grosso do Sul, que desenvolveram um projeto intitulado “Programa de Aprimoramento da Gestão de Resíduos Sólidos dos Jurisdicionados”, já produziu resultados práticos significativos, reduzindo em mais de 30% os lixões que existiam no estado.

No Tocantins

Situação nos municípios:

129 têm lixões

7 têm aterros controlados

3 têm aterros sanitários



Crédito: Caoma/MPE

Assuntos de interesse do Controle Externo são discutidos em São Paulo

Participação expressiva em reuniões do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas e dos membros da diretoria da Atricon

Duas importantes reuniões foram realizadas em São Paulo no fim do mês de julho, com a presença de presidentes e demais representantes de Cortes de Contas de vários estados brasileiros. Foram discutidos temas de interesse do Sistema Controle Externo.

Colégio de Presidentes

O encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas ocorreu na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM/SP) e contou com a participação da grande maioria dos presidentes. À frente do Colegiado, o conselheiro Caldas Furtado (TCE/MA), expressou satisfação pelo grande número de presentes. De acordo com ele, é uma demonstração de quão elevado o nível de mobilização dos presidentes para consolidar as ações do Sistema e, também, enfrentar eventuais adversidades.

Atricon

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) foi sede da 3ª



TCE/TO foi representado pelo conselheiro presidente Manoel Pires dos Santos

reunião da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na pauta, o monitoramento dos projetos que compõem o Plano de Gestão da entidade, bem como as ações que competem aos Tribunais de Contas de cada estado.

O presidente da associação, conselheiro Fábio Nogueira (TCE/PB), destacou o diálogo que a Atricon mantém com as instituições, que tem sido melhorado consideravelmente,

graças à atuação da entidade em diversas esferas. A atuação junto à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), sob a coordenação do Conselheiro Cezar Miola (TCE/RS), é um exemplo.

Nas duas reuniões, o TCE/TO foi representado pelo conselheiro presidente, Manoel Pires dos Santos, que também é membro da diretoria da Atricon.

Conselheiros com novas atribuições

Os conselheiros Manoel Pires dos Santos e Severiano Costandrade, respectivamente presidente e vice-presidente do TCE/TO, receberam dois desafios importantes.

Manoel Pires foi indicado pelo presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Ivan Bonilha (TCE/PR), como novo coordenador do grupo de trabalho de jurisprudência e processo. A equipe

é formada por representantes de Cortes de Contas de vários estados do país com objetivo de aperfeiçoar as estruturas de jurisprudência dos Tribunais de Contas e realizar a adequada divulgação das decisões proferidas.

Severiano Costandrade foi indicado pelo presidente da Atricon, conselheiro Fábio Nogueira (TCE/PB), para coordenar o grupo de trabalho

sobre Transparência dos Tribunais de Contas e dos Jurisdicionados. O grupo faz parte das ações do Marco de Medição do Desempenho (MMD-TC), que tem como finalidade verificar o desempenho dos Tribunais de Contas em comparação com as boas práticas internacionais e diretrizes de qualidade estabelecidas pela Atricon, bem como identificar os seus pontos fortes e fracos.

Biblioteca do TCE/TO é repaginado para receber público externo

Espaço é aberto a toda a comunidade tocanтинense

Localizada no Instituto de Contas 5 de Outubro, anexo ao prédio sede do Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO), a biblioteca José Ribamar Meneses está de cara nova. O ambiente ganhou mudanças para receber ainda melhor o público, que utiliza o espaço para estudar e desfrutar do acervo que a Corte de Contas disponibiliza.

“A mudança foi principalmente pelo aumento da procura do público externo e, com essa procura, ampliamos o número de computadores para consulta. Antes eram duas máquinas, agora contamos com quatro”, explicou a coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Daniela Olivo.

A coordenadora ainda resalta que as mudanças também buscaram tornar o ambiente mais acolhedor. “Ampliamos o espaço, proporcionando um local mais iluminado, espaçoso e atrativo para o público”.

Além disso, o setor está promovendo outras atividades, a exemplo das rodas de leitura para o público infantil, em parceria com o Sesc.

“Essa modernização e adequação da Biblioteca ao público externo, que vem crescendo a cada dia, está caminhando junto com a proposta do Tribunal de ter um trabalho social para a comunidade”, pontuou o auditor de Controle Externo, Antônio de Pádua.

Expediente

A Biblioteca do TCE/TO atende o público das 12h às 18h e é aberta a toda a população tocanтинense. “A equipe está de braços abertos para receber toda a comunidade”, finalizou a bibliotecária e chefe de divisão do acervo bibliotecário do TCE/TO, Silvia Mota Sales.

Doação de Livros e Gibis

Como parte da programação TCE “Rumo aos 30 anos”, a unidade ainda está recebendo doações de livros para compor o acervo do “Cantinho da Leitura”. A ação teve início no dia mundial do livro e direito autoral, em abril. Se você tem algum livro ou gibi que não utilize, faça sua contribuição para o acervo da Corte de Contas.



Alunos utilizam o espaço para estudar e realizar consultas no acervo e computadores

Câmaras julgam mais de 50 processos de contas de ordenador de despesas no mês de junho

A Primeira e a Segunda Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) julgaram, no mês de junho de 2018, um total de 52 processos referentes às

contas de ordenador de despesas estaduais e municipais. Ao todo, 70 % das contas foram aprovadas pela Corte de Contas. Todos os detalhes dos resultados

podem ser conferidos no Boletim Oficial do TCE/TO, por meio do site www.tce.to.gov.br. Abaixo, segue a tabela com os resultados:



As informações divulgadas sobre o julgamento das contas de ordenadores são baseadas na publicação das decisões no Boletim Oficial do Tribunal de Contas. Todos os casos citados foram ou são passíveis de recursos, de acordo com os prazos estipulados no Regimento Interno do TCE/TO.

CONTAS IRREGULARES

2016

1 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Tereza do Tocantins
Responsável: Diana Barros Duarte Lourenço
Total de multas: R\$ 1.000,00

2 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Aparecida do Rio Negro
Responsável: Ana Claudia Gorosthides de Moura
Multa: R\$ 1.000,00

3 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Barrolândia
Responsável: Sônia Maria Soares Souza
Multa: R\$ 1.000,00

2015

4 - Origem: Câmara Municipal de Juarina
Responsável: Conceição Aparecida Ferreira Chagas
Multa: R\$2.000,00

5 - Origem: Câmara Municipal de Pedro Afonso
Responsável: Lili Pereira Benicio dos Santos
Multa: R\$ 1.000,00

6 - Origem: Câmara Municipal de Talismã

Responsável: Reinaldo Facundes Soares
Multa: R\$ 1.000,00
7 - Origem: Fundo de Educação de Palmeirópolis
Responsável: Bartolomeu Moura Junior
Multa: R\$ 3.000,00

8 - Origem: Fundo Municipal de Saúde de Rio Sono
Responsável: Samuel Arruda Neres
Multa: R\$ 3.000,00
9 - Origem: Fundo Municipal de Saúde de Sítio Novo
Responsável: Maria das Dores Abreu Farias
Multa: R\$ 1.000,00

10 - Origem: Fundo Municipal de Saúde de Araguacema
Responsável: Leila Ferreira de Souza Soares
Multa: R\$ 1.000,00

11 - Origem: Fundo de Saúde de Formoso do Araguaia
Responsável: Leonardo Fidelis Camargo (01/01/2015 a 01/03/2015), Humberto Tavares de Oliveira (02/03/2015 a 01/09/2015), Delmar de Sousa Junior (02/09/2015 a 31/12/2015)
Multa: Humberto Tavares de Oliveira: R\$ 2.037,33, Leonardo Fidelis Camargo R\$ 1.018,66, Delmar de Sousa Junior R\$ 1.018,66.

12 - Origem: Fundo Municipal de Saúde de Itaguatins
Responsável: Yarle de Paula Andrade de Sousa Guimarães
Multa: R\$ 1.000,00
Imputação de débito: R\$ 293.986,00

13 - Origem: Fundo de Saúde de Dueré
Responsável: Vânio Rodrigues de Souza
Multa: R\$ 2.037,33

14- Origem: Fundação Cultural, Esportiva, Educacional e Ambiental de Formoso do Araguaia
Responsável: Maria José Santos Fonseca Barbosa
Multa: R\$ 1.000,00

2014

15 - Origem: Câmara Municipal de Carmolândia
Responsável: Neurivan Rodrigues de Sousa
Multa: R\$ 6.764,89
Imputação de débito: R\$ 7.648,93

CONTAS REGULARES COM RESSALVAS

2016

16 - Origem: Câmara Municipal de Rio Sono
Responsável: Natal Ribeiro Maciel

17 - Origem: Câmara de Santa Rita do Tocantins
Responsável: Sinomar Zago Ferreira

18 - Origem: Câmara de São Valério da Natividade
Responsável: Silvonete Lopes dos Santos

19 - Origem: Câmara Municipal de Barrolândia
Responsável: Paulo Valdeis Soares

20 - Origem: Consórcio Intermunicipal Delta do Tocantins de Pedro Afonso
Responsável: Jairo Soares Mariano

21 - Origem: Fundo de Saúde de Jaú
Responsável: Graciele Pereira de Moraes

22 - Origem: Fundo de Saúde Sucupira
Responsável: Elizangela Ribeiro Fernandes

23 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Monte Santo
Responsável: Regina Glória Viana Pinheiro Lima

24 - Origem: Fundo Municipal de Saúde de Santa Tereza do Tocantins
Responsável: Creuzélia Regina Felício dos Santos Aires

25 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Lajeado
Responsável: Lucivânia de Paula Rua Carvalho

26 - Origem: Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins
Responsável: Gleidy Braga Ribeiro

27 - Origem: Secretaria Municipal de Administração de Paraíso do Tocantins
Responsável: Beatriz Augusto de Oliveira Costa (01/01 a 01/09/2016) e Ingrid Lima Rebelo (02/09 a 31/12/2016)

2015

28 - Origem: Câmara Municipal de Tocantínia
Responsável: Euvaldo Alves Machado

29 - Origem: Câmara de Novo Acordo
Responsável: Nelsomar Antônio Lopes

30 - Origem: Câmara Municipal de Abreulândia
Responsável: Antônio Alves Abreu

31 - Origem: Câmara Municipal de Araguacema
Responsável: William Oliveira Silva

32 - Origem: Câmara de Recursolândia
Responsável: Luis Rodrigues Coelho

33 - Origem: Câmara Municipal de Sucupira
Responsável: Dorismar Cordeiro da Silva

34 - Origem: Câmara Municipal de Santa Rita
Responsável: Acrisio Aires da Silva

35 - Origem: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Abreulândia
Responsável: José Lopes de Sousa

36 - Origem: Fundo Municipal Assistência Social de Araguatins
Responsável: Andrea Gonzalez Graciano

37 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Wanderlândia
Responsável: Ana Célia Macena Botelho

38 - Origem: Fundo Municipal de Educação de Presidente Kennedy
Responsável: Catarina Cassia Teodoro da Silva
Multa: R\$1.000,00

39 - Origem: Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy
Responsável: Rafael Souza Silva
Multa: R\$1.000,00

40 - Origem: Secretaria de Defesa e Proteção Social – SEDPS
Responsável: Gleidy Braga Ribeiro

41 - Origem: Secretaria da Comunicação Social
Responsável: Rogério da Silva Souza

42 - Origem: Secretaria Municipal de Planejamento Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia de Araguaína
Responsável: Bruno Rangel Cesar (01/01/2015 a 26/05/2015), Frederico Minharro Prado (02/06/2015 a 31/12/2015)

2014

43 - Origem: Câmara de Recursolândia
Responsável: Manoel Damião Pereira Vilanova

CONTAS REGULARES

2016

44 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Palmeirópolis
Responsável: Ana Paula Rodrigues Alves Vaz

45 - Origem: Fundo Municipal de Saúde de Lizarda
Responsável: Mário Luís Alencar Araújo (01/01 a 31/05/2016) e Max Lander Maia Seabra (01/06 a 31/12/2016)

46 - Origem: Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Paraíso do Tocantins
Responsável: Anna Paola Oliveira Melo

2015

47 - Origem: Câmara de Goianorte
Responsável: Lindomar Paula de Siqueira

48 - Origem: Câmara de Nova Rosalândia
Responsável: Eurivaldo Alves de Souza

49 - Origem: Fundo Municipal de Saúde de Miranorte
Responsável: Elismar Pereira Alves

50 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Dois Irmãos do Tocantins
Responsável: Larlla Veruska Arrates Pires Tozzatti

51 - Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Fé do Araguaia
Responsável: João Batista Machado Ribeiro (01/01/2015 a 31/03/2015), Vanessa Alexandre Amorim (01/04/2015 a 31/12/2015)

52 - Origem: Fundo Municipal de Educação de Dois Irmãos
Responsável: Mariléia Montelo Miranda

Programa aproxima estudantes

TCE de Portas Abertas estimula a fiscalização da aplicação do dinheiro público

Desde janeiro, mais de 100 estudantes conheceram o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), por meio do programa “TCE de Portas Abertas”. A iniciativa, criada em 2010, objetiva realizar visitas monitoradas e aproximar a sociedade da instituição. Assistir a sessão plenária, conhecer a biblioteca, o Memorial TCE/TO e participar de palestras sobre Controle Social, estão entre as atividades desenvolvidas.

Pauta da palestra para os estudantes de Jornalismo, a Ouvidoria do TCE foi explicada pela assistente de Ouvidoria, Carolina Vieira de Paula. Ela esmiuçou as principais ferramentas disponíveis, como o Portal da Transparência, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e o portal de Consulta Pública de Processos (e-Contas). “Estamos à disposição para ajudar na consulta dos recursos públicos. A demanda de vocês pode promover, por exemplo, manifestação sobre a situação dos municípios com o



Estudantes do Cemil Professora Margarida Lemos visitam o Memorial TCE/TO

Portal da Transparência”, ressaltou.

Os alunos da Escola Estadual Novo Horizonte, localizada em Palmas, foram os primeiros neste ano a conhecer a estrutura do Tribunal. Também já participaram os estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) do campus de Gurupi,

acadêmicos de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Colégio Esportivo Militar do Corpo de Bombeiros (Cemil) Professora Margarida Lemos, de Palmas.

O aluno do IFTO, Rangel Barros de Cirqueira, relatou que a graduação proporcionou um interesse maior sobre a área. “Essa visita foi muito vantajosa, pois aprofundou os nossos conhecimentos, além de despertar a luta por nossos direitos, que infelizmente todos os dias estão sendo roubados ou ofuscados”, disse.

No programa, também são realizadas palestras do Grupo de Estudos de Direito Administrativo (Geda), formado pelos acadêmicos de Direito da Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/Ulbra), que possui um termo de cooperação firmado com a Corte de Contas. O grupo é coordenado pela professora e auditora de Controle Externo do TCE/TO, Dagmar Gemelli.



Alunos da Escola Estadual Novo Horizonte de Palmas acompanham a Sessão do Pleno



Escaneie Aqui
e acesse nosso site

INFORMATIVO TCE - TO

Assessoria de Comunicação

Avenida Teotônio Segurado, 102 N, cj. 01, lotes 01 e 02 · CEP 77006-002
Palmas - TO · Fone: (63) 3232-5837